



ESCOLA CÍVICO-MILITAR: Programa de repressão e desmonte da escola pública

Durante os dias 1º a 15 de agosto as comunidades escolares estarão manifestando sua adesão ao Programa de Escolas Cívico-militares. Publicado no dia 18 de julho de 24 o edital regulamenta como se dará a segunda etapa do projeto que intensifica e aprofunda a destruição da escola pública Estadual. A Lei Complementar Estadual nº1.398, editada em 28 de maio deste ano, destina-se a militarização das escolas civis públicas estaduais e municipais que integram a Rede de Ensino de Educação Básica do Estado de São Paulo, esta é mais uma medida de ataque do governo Tarcísio que dá continuidade ao sucateamento e destruição dos serviços públicos. Como se não bastasse os mais de 40 mil professores demitidos, a plataformação impulsivada pelos capitalistas da educação, a implementação e expansão do PEI, agora, Tarcísio/Feder aprofundam a repressão dentro dos espaços escolares dando sequência ao seu projeto de escola quartel trazendo seu braço truculento e repressor aos locais onde o livre desenvolvimento do conhecimento científico deveria ser promovido, um prelúdio de maior controle e cerceamento das liberdades tanto dos estudantes quanto dos docentes.

Sob a falsa bandeira de segurança, disciplina e civismo, policiais-militares da reserva adentrarão o espaço escolar. Treinados para atacar e violentar a juventude empobrecida das periferias, não trarão solução ao problema da violência, abandono e a falência do ensino. Este pretexto é usado pelos governos burgueses para armarem seus discursos visando solução, o que na prática não passam de desculpas para desferir seus ataques, pois o estado capitalista é incapaz de dar respostas aos problemas que nascem de suas próprias contradições.

Os partidos ditos de esquerda, centrados em suas campanhas eleitorais, tomam essa bandeira para si como uma pauta eleitoreira, não tratando do cerne da questão voltam à falácia do combate da extrema-direita e ludibriam as bases apontando as urnas como solução, bem como colocam a constitucionalidade do Projeto e o acionamento do Ministério Público como resposta à mais um ataque do governo fascistizante de Tarcísio, não

convocam as bases, não organizam a luta nas ruas para enfrentar mais esse ataque.

A direção sindical da APEOESP, tem a obrigação de convocar uma luta real contra o projeto de escola cívico militar. É necessário chamar uma assembleia e erguer uma campanha com ações diretas para impedir o avanço do programa já em fase de votação (consulta popular). Durante o primeiro semestre de 2024 a direção burocrática da APEOESP bem como a Oposição Combativa traíram a categoria ao não utilizarem a disposição de luta das bases não chamando à greve. Erraram ao não canalizar a insatisfação da categoria diante do desemprego, arrocho salarial, perseguições, assédios, desgaste físico e emocional diante da plataformização e demais ataques desferidos para erguer a luta coletiva através dos métodos de ação direta.

Partidos eleitoralistas e direções sindicais fogem ao debate de que a implementação das Escolas Cívico-militares representa demissão, portanto a defesa da Escola Pública e o combate desse Programa não deve estar dissociado da defesa dos empregos e salários dignos, da estabilidade e efetivação dos profissionais da educação sem concurso público, do combate ao Novo Ensino Médio que precariza e aprofunda as relações de trabalho e estudo, a defesa das liberdades principalmente a de cátedra, a manutenção do espaço escolar como um local de livre desenvolvimento do conhecimento científico, neste sentido, ser contra o Programa de Escola Cívico-militar representa a defesa das condições de trabalho, estudo e a vida da juventude, com os métodos próprios da classe operária, assembleias, paralisações, convocação de lutas nacionais e greves.

Pela imediata convocação de uma assembleia, para derrotar o projeto cívico militar, em defesa da estabilidade/efetivação dos professores temporários e dos empregos, salários e direitos.

Por uma ampla campanha estadual contra o projeto de escola cívico militar, debater o que significa a violência policial dentro das escolas vinculados ao desmonte da educação pública.

Por uma escola científica, regular, de três turnos e com EJA.

